



GRUPO PARLAMENTAR
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA REGIONAL DOS AÇORES
VII LEGISLATURA

REQUERIMENTO AO GOVERNO REGIONAL

N.º 71 – VII - 2004

Excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional dos Açores

O Aterro Sanitário Municipal da Ilha do Faial, bem como outras áreas de depósito de lixos diversos, detritos depositados pelo serviço de limpeza de fossas, pneus, sucatas e o mais que se possa imaginar ocupam uma vasta área de terrenos vulcânicos pedregosos na Fajã da Praia do Norte.

Instalada nesse local há 17 anos a lixeira Municipal e construído o aterro sanitário há 9 anos, o certo é que a célula do aterro, que nunca funcionou rigorosamente como tal, depressa se encheu, sendo que a realidade actual é da existência de uma verdadeira lixeira em trincheira sem queima, secundada por uma miríade de depósitos de lixo.

Entretanto as áreas de deposição de lixo têm aumentado consideravelmente, sabendo-se publicamente ser intenção da Câmara Municipal da Horta construir mais uma célula de aterro sanitário naquele local.

Sendo de todos nós conhecidas as responsabilidades e obrigações governamentais na área do Ambiente, requero ao Governo Regional, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, respostas urgentes para as questões seguintes:

1. Que juízo tem a Direcção Regional do Ambiente sobre a forma como foi construída e utilizada a primeira célula do aterro sanitário municipal da Fajã da Praia do Norte?
2. Que juízo tem a Direcção Regional do Ambiente sobre a forma como são hoje tratados os lixos do Faial depois do aterro sanitário ter esgotado a sua

capacidade? Que estudos ou relatórios técnicos existem sobre esta matéria?
Requeiro cópia de tais documentos.

3. Que parecer deram a Direcção Regional do Ambiente e a Direcção Regional do Ordenamento do Território sobre o projecto para a segunda célula do aterro sanitário da Fajã?
4. Que estudos existem sobre:
 - A natureza geológica do terreno da vasta área já ocupada com deposição de lixo.
 - As consequências para o mar circundante das inevitáveis e muito vastas contaminações quer directas, quer indirectas, resultantes das condições em que o lixo é depositado e do facto de muito do produto liquido da decomposição ir directamente, sem qualquer tratamento, para o mar.

Requeiro cópia desses estudos, caso existam.

5. Estando já investidos vários milhões de euros na preparação dos Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POCs), quais são as principais preocupações dos planeadores em relação a esse segmento da Orla Costeira do Faial ocupado, em vasta e crescente área, pelos serviços de depósitos de lixo da Câmara da Horta?
6. Tomou a Secretaria Regional do Ambiente a iniciativa de estudar de forma atenta, especializada e pormenorizada aquela situação, que pela sua vastidão corre o risco de se transformar num grave atentado ecológico permanente na terra e no mar circundante?

Em caso afirmativo que conclusões foram encontradas nesse indispensável estudo de impacto ambiental?

Em caso negativo pensa-se desenvolver esse estudo?

7. Independentemente dos pontos anteriores e tendo em conta a já prevista construção da nova célula do aterro sanitário naquele local, bem como as graves deficiências que marcaram a construção da primeira, pergunta-se:

- Há garantias de que a célula a abrir terá a profundidade prevista no projecto?
 - Há garantias de que a nova célula será impermeabilizada com rigor?
 - Há garantias de que essa célula irá dispor de uma estação de tratamento das decomposições líquidas?
8. Que pensa a Secretaria Regional do Ambiente sobre o futuro daquela zona, quer na óptica da recuperação do que possa ser recuperado, quer na óptica do eventual crescimento da área de tratamento de lixo naquele local?

Concretamente, pensa a Secretaria Regional do Ambiente que, após a segunda célula do aterro sanitário a construir, é defensável estender ainda mais naquela zona costeira a área de deposição de lixos?

Assembleia Legislativa Regional dos Açores, 14 de Abril de 2004

O Presidente do Grupo Parlamentar do PCP



(José Decq Mota)